



Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, a 13 emissoras de Rádio

Palácio do Planalto, 23 de setembro de 2004

Luís Fara Monteiro: A partir de agora, passamos a transmitir a entrevista coletiva do presidente Lula para emissoras de rádio.

Bom dia, amigo ouvinte em todo o Brasil. Eu sou Luís Fara Monteiro e, a partir de agora, damos início, direto do Palácio do Planalto, à entrevista coletiva de rádio com o presidente Lula.

O Presidente da República vai responder às perguntas de 13 comunicadores de emissoras de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Amazonas, Pará e Rio Grande do Sul.

As perguntas serão feitas de acordo com a ordem alfabética dos nomes das emissoras.

Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia, Luís.

Luís Fara Monteiro: Tudo bem com o senhor?

Presidente: Tudo bem.

Luís Fara Monteiro: Então, está certo. A gente vai começar a nossa rodada de perguntas.

Presidente: Só não está melhor porque o Flamengo perdeu nos pênaltis ontem.



Luís Fara Monteiro: Eu concordo 100%. A gente vai começar, então, a nossa rodada de perguntas. Secretário Ricardo Kotscho, bom dia. Vamos começar com a Ana Paula Cunha, correspondente do Jornal da Amazônia, da Rede Amazônica de Manaus. Bom dia.

Ana Paula Cunha – Jornal da Amazônia: Bom dia. Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia, Ana Paula.

Ana Paula Cunha – Jornal da Amazônia: O senhor esteve participando da II Feira Internacional da Amazônia, onde estiveram presentes ministros de oito países da América do Sul e, ainda, o presidente da Venezuela, Hugo Chávez. O senhor ressaltou no seu discurso a importância da integração da Amazônia. Esse foi um passo nesse processo de integração que o senhor tanto defende no seu governo?

Presidente: Quando nós defendemos, Ana Paula, o desenvolvimento da Amazônia, muitas vezes parece que nós estamos em choque com outras regiões do país, que têm contrariedades a que façamos políticas que possam favorecer, em algum momento, toda a região Norte do país e, dentro da região Norte, a Zona Franca de Manaus.

Eu digo sempre que só pode ser contra a Zona Franca de Manaus quem não a conhece, porque se soubessem o bem que aquilo fez para a região Norte, se soubessem do crescimento extraordinário da Zona Franca de Manaus, do crescimento das exportações e da alta tecnologia implantada na região, todo mundo estaria de acordo que nós deveríamos fazer o mesmo para regiões como Amapá, Acre, uma parte do Pará e o Amapá. Porque senão, nós não vamos desenvolver a região Norte do país, e eu acho que ela vai ser integrada exatamente pelo desenvolvimento.



Na nossa política de integração da América do Sul, todos os nossos objetivos são fazer com que a região da Amazônia se integre com todos os países que fazem fronteira, as Guianas, a Venezuela, a Colômbia, o Peru. Ou seja, são países que têm quase as mesmas dificuldades que o Brasil, países também em vias de desenvolvimento e que têm um potencial, seja no transporte fluvial, seja nas estradas, onde estamos fazendo parcerias com o Peru e com a Venezuela, e eu penso que nós iremos construir não apenas um bom modelo de desenvolvimento sustentável depois da proposta apresentada pela ministra Marina e pelo ministro Ciro Gomes, como nós, nesse entrosamento com outros governos da região e de outros países inclusive, vamos dar um salto de qualidade para aumentar a produção e as exportações da região. E vamos tentar levar desenvolvimento para outros estados.

Veja, por exemplo, que a ponte que nós estamos combinando fazer, tem alguns problemas jurídicos, tem problemas, talvez, de ordem no governo francês. A ponte que vai ligar o Amapá à Guiana Francesa vai dar um salto extraordinário no comércio de exportação entre o Brasil e a França, a partir da Guiana Francesa e a partir do estado do Amapá.

Por isso eu estou seguro que o povo da região da Amazônia vai viver um período muito importante daqui para a frente, porque a economia vai crescer e porque nós vamos fazer as obras de infra-estrutura necessárias para que a Amazônia possa ter um desenvolvimento sustentável, onde o ambiente seja levado em conta na sua preservação.

Luís Fara Monteiro: O presidente Lula responde, agora, à pergunta do jornalista José Paulo de Andrade, comunicador do programa “O Pulo do Gato” e também do “Jornal Gente”, da rádio Band de São Paulo. José Paulo.

José Paulo de Andrade – Jornal Gente: Obrigado, Luís. Bom dia, Presidente.



Presidente: Bom dia, José Paulo.

José Paulo de Andrade – Jornal Gente: O senhor, quando inaugurou a ponte que liga o Brasil à Bolívia, em agosto, disse: “quero terminar minha vida vendo a América Latina transformada numa grande nação”. Na declaração de Havana do IV Encontro do Fórum de São Paulo, realizado em 1993, constou a necessidade de integração latino-americana e caribenha, para se opor aos grandes blocos econômicos, especialmente Estados Unidos. Essa cartilha vem sendo seguida à risca pelo senhor, quando anuncia empréstimos a vizinhos, perdoa dívidas de países pobres e até pede investimentos para os empresários brasileiros em países amigos, como a Venezuela.

Vossa Excelência acredita realmente na possibilidade do único país que não fala espanhol neste continente liderar esse bloco? E o que seria esse bloco? Seria o neo-socialismo contra o neo-liberalismo?

Presidente: Primeiro, José Paulo, o Brasil não tem nenhum interesse de liderar, até porque liderança você não autodetermina, você não faz por medida provisória ou por decreto-lei. Liderança, você conquista na relação, na medida em que você tem uma boa relação, na medida em que as pessoas acreditam em você, na medida em que as pessoas depositam na ação política de um país uma proximidade com as ações e com os pensamentos deles. O problema sério é que durante 500 anos nós ficamos de costas para a América do Sul e ficamos virados para a Europa e para os Estados Unidos.

Na medida em que as nossas exportações são grandes com a Europa e com os Estados Unidos, quanto mais crescem as exportações, mais vai ficando difícil exportar, ou seja, vai diminuindo o espaço que o Brasil tem para colocar os seus produtos no mercado estrangeiro. Então, o Brasil precisa procurar outros mercados.



Nós temos a América do Sul, que de todos os países, apenas dois não fazem fronteira com o Brasil, que é o Chile e o Equador. Se nós falamos em integração, nós temos que perceber que nós temos que ter estradas, temos que ter pontes, temos que ter um sistema de telecomunicações, temos que ter energia elétrica e o Brasil, como a maior economia da região, tem que dar um salto, tem que dar o incentivo, tem que ter a iniciativa política para isso.

Quando nós tomamos uma decisão de financiar uma empresa brasileira para construir uma obra lá, nós estamos pensando no médio e no longo prazo. O que pode ganhar a economia brasileira, o que pode ganhar a economia brasileira, que pode ganhar a economia sul-americana com essa decisão. É por isso que nós colocamos o BNDES e a CAF, que é uma instituição financeira da comunidade andina para, juntos, trabalharem dois projetos principais que interligam dois ou mais países, para que os produtos brasileiros, as pessoas brasileiras e também os nossos parceiros da América do Sul possam transitar livremente. É por isso que eu fiquei muito orgulhoso quando fui à Bolívia inaugurar aquela ponte, que é a primeira ligação efetiva em 500 anos de história do nosso país. Estamos fazendo a segunda com o Peru, vamos trabalhar com o BNDES para ver se financiamos. Nós não estamos fazendo com o dinheiro do orçamento, nós estamos financiando. Como nós recebemos o dinheiro do Banco Mundial para fazermos obras no Brasil, nós emprestamos do BNDES para obras brasileiras em alguns países. E acho que isso é extremamente importante e saudável para o nosso país.

E não queremos brigar com os Estados Unidos e com a União Européia. Seria loucura imaginar que um país vai brigar com os seus dois maiores parceiros. O que nós queremos e aí, sim, eu aprendi na minha vida, aprendi na experiência sindical, é que quanto mais forças nós tivermos, mais facilidades nós teremos de negociar.

Então, acabou aquele tempo em que os países da América do Sul, os países da América Latina, conversavam com os seus parceiros mais ricos



como se fossem pedintes, humilhados, de cabeça baixa, pedindo favor. Não. Nós temos direitos. E nós queremos apenas exigir os nossos direitos. É por isso que eu fiz essa quantidade de viagens nesses 18 meses de governo, no Oriente Médio, na África, na Índia, na China, em toda a América do Sul, e alguns países da América Latina, aos Estados Unidos, à Europa. Por quê? Porque nós queremos construir uma outra geografia internacional. Nós queremos continuar a ter nos Estados Unidos o nosso grande parceiro, a ter na União Européia a nossa grande parceira, mas nós queremos ter alternativas para colocar os produtos brasileiros.

Eu vou dar apenas um exemplo: se você acompanhar o crescimento das nossas exportações, em função de cada viagem que nós fizemos para o Oriente Médio, por exemplo, ou para a África do Sul, você vai perceber que, só para a África do Sul, depois que nós visitamos à África do Sul, já houve dezenas de reuniões de empresários brasileiros e empresários da África do Sul. Já houve dezenas de reuniões entre empresários brasileiros e empresários do Oriente Médio e nós estamos crescendo as exportações de forma excepcional. Eu até disse ao ministro Furlan que quando nós batermos nos 100 milhões de exportações nós vamos abrir um champanhe aqui, que é para comemorar, porque é um feito inédito. E pela primeira vez, José Paulo, está acontecendo uma coisa importante, que você acompanha. O Brasil sempre ficou naquela loucura: ou exporta tudo e fecha o mercado interno, ou abre o mercado interno e fecha tudo. Nós não queremos essa gangorra. O que nós queremos é ter uma boa política de exportação e, ao mesmo tempo, ter uma combinação com o mercado interno. E aqui, José Paulo, não tem ideologia, se trata do Brasil compreender o seguinte: política internacional é uma via de duas mãos.

Eu brinco sempre com o Furlan e com o Roberto Rodrigues, porque são vendedores excepcionais. Então, quando nós vamos numa reunião com outros governos, eles só falam de vender produto brasileiro; e eu falo: oh, gente, nós



temos que comprar também. Porque nós precisamos ter superávit comercial, mas o correto, em política de comércio exterior, é que haja um certo equilíbrio, que a gente venda, mas que a gente compre, para a economia deles sobreviver, senão não sobrevive. E essa máxima que nós determinamos, aqui, no governo, é que está garantindo essa participação excepcional do Brasil no mercado internacional.

Luis Fara Monteiro: Essa é a entrevista coletiva com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, direto do Palácio do Planalto. O Presidente responde, agora, à pergunta do jornalista Heródoto Barbeiro, âncora do jornal da CBN, da Rádio CBN de São Paulo.

Bom dia, Heródoto.

Heródoto Barbeiro, Rádio CBN de São Paulo: Bom dia. Bom dia, presidente Lula.

Presidente: Bom dia, Heródoto.

Heródoto Barbeiro, Rádio CBN de São Paulo: Presidente, eu gostaria que o senhor fizesse um comentário a respeito do aumento do superávit primário que o governo determinou, de 4,25% para 4,5%. E a respeito desse superávit que mostra, portanto, que o governo tem aí uma folga fiscal, que alguns comentaristas econômicos achavam que o governo ia ter para investir. Em duas partes a minha pergunta: a primeira é o seguinte: isto não vai ser um freio nesse crescimento econômico que o governo está perseguindo tão arduamente, quer dizer, no momento que o governo tem folga, em vez de gastar, o governo segura? Segunda parte: alguns críticos e analistas dizem que essa folga é proveniente da alta carga tributária que o governo do senhor proporcionou chegando, aproximadamente, a 40% do Produto Interno Bruto do



país. Então, essas são as duas partes da mesma pergunta.

Presidente: Eu vou começar pela última. Primeiro, economia, no Brasil, está virando como se fosse futebol. Tem três coisas no Brasil que todo mundo pensa que conhece e que todo mundo se dá ao luxo de falar a respeito com a maior desenvoltura. Uma delas é futebol. Todo mundo acha que entende de futebol; todo mundo acha que marcaria o gol que o jogador não marcou ou marcaria o pênalti que o rapaz do Flamengo perdeu, ontem.

A outra coisa é saúde. Todo mundo acha que entende de saúde. Você não pode chegar numa reunião e dizer que está com uma dor, porque aparece dez oferecendo um remédio ou contando uma história de que alguém tinha aquela doença e que sarou. E a outra é a economia. Todo mundo acha que entende de economia. Você acompanhou esses primeiros 19 meses de governo e viu quantos palpites saíram, bons, maus, mais ou menos. O resultado concreto é que a persistência da equipe econômica, a persistência da posição que nós tomamos deu resultados e deu resultados acima de todas as expectativas.

É só pegar o que os analistas falavam no ano passado, é só pegar o que eles falavam no começo do ano: “que o Brasil vai quebrar, que não sei das quantas, que não dá certo”. E não foi verdade, não só o Brasil cresceu, e cresceu acima de todas as expectativas, como nós queremos que o Brasil continue crescendo de forma sustentável e aí entra a questão do gastar. Aí, eu lembro da minha querida esposa, a Marisa. Na minha casa, eu sou casado há 30 anos, a gente nunca comprou uma coisa a mais porque tinha um dinheirinho a mais se a gente não conversasse antes se era necessário comprar ou se não seria melhor guardar aquele dinheiro.

O que acontece? Nós tínhamos um orçamento de 406 bilhões, nós já temos para gastar este ano 414 bilhões, portanto, 8 bilhões a mais do que nós prevíamos. Nós fizemos vários pacotes junto com os empresários brasileiros e



reduzimos impostos em várias áreas para facilitar o crescimento da economia no Brasil. Aí, quando se faz uma discussão da junta orçamentária, percebe-se o seguinte: nós vamos ter algum dinheiro de folga, ou seja, nós estamos chegando ao final do ano e não tem nenhum grande projeto para chegarmos em dezembro e dizer: vamos aplicar na construção de uma grande coisa que vai dar tempo de acabar. Não vai.

Então, ao invés de ficar “jogando dinheiro pelo ladrão”, como habitualmente se faz atendendo emendas, fazendo qualquer coisa, o que nós fizemos? Se nós temos essa folga e ela vem surgindo a partir do mês de junho para cá, ao invés de jogar dinheiro fora, vamos aumentar o superávit que, pelo menos nós diminuimos a dívida que nós temos. Vamos pagar alguma coisa a mais do que nós estamos devendo.

Isso é um superávit feito para 2004. Deus queira que todo ano a gente tenha uma folga. Nós estamos com as obras de infra-estrutura todas planejadas, para 2005 tem coisas extraordinárias para acontecer neste país, então, a decisão foi simples e foi essa. O problema é que quando você começa a discutir determinadas coisas na via da especulação, você causa preocupação na sociedade, você causa preocupação na imprensa, você causa preocupação no mercado, você passa preocupação a tudo quanto é lugar quando, na verdade, é uma decisão simples.

Eu arrecadei um pouco mais do que eu previa, eu estou gastando um pouco mais do que também previa gastar mas, ainda assim, tem uma folga. Uma parte nós liberamos em impostos, em redução de impostos, e tem outras medidas que nós vamos lançar logo para a microempresa brasileira, para a pequena empresa, para a empresa familiar, isentar praticamente de tudo e facilitar a criação de uma empresa, o fechamento e a criação da empresa, que hoje no Brasil é um martírio. E, mesmo assim, sobrou um pouquinho. Vamos fazer o quê? Vamos gastar? Vamos fazer política com esse dinheiro? Vamos pegar esse dinheiro e vamos distribuir, como se fez a farra do boi neste país?



Não. Então, nós temos folga? Temos. Então vamos assumir nossa responsabilidade.

Devemos. Então, vamos dizer que nós vamos pagar uma parte do que nós devemos a mais. Foi isso, simples, sem nenhum prejuízo. Toda programação de investimento de infra-estrutura está completa, tudo que está pensado para 2005, que eu espero que a gente debata aqui, no decorrer dessas perguntas, tudo que está previsto de investimento em infra-estrutura está dentro do nosso organograma, está dentro do orçamento e nós vamos fazer. Logo, nós vamos contemplar a Maria Amélia falando da famosa 101-Sul do país, nós vamos falar da revitalização do rio São Francisco, nós vamos falar da BR-101 do Nordeste, o trecho entre Natal e Pernambuco já está para começar no começo do ano que vem.

Então, tem coisas muito boas para acontecer neste país e eu espero que, da terceira pergunta em diante, a gente continue discutindo os assuntos interessantes ao Brasil. Eu estou certo, Heródoto, que foi uma medida correta, acertada e da maior responsabilidade do ministro Palocci.

Luís Fara Monteiro: São oito horas e vinte e três minutos. Esta é a entrevista coletiva com o presidente Lula. Agora, o Presidente responde à pergunta de Felipe Bueno, âncora do Jornal Eldorado da Rádio Eldorado, de São Paulo. Bom dia!

Felipe Bueno – Jornal Eldorado: Bom dia, Presidente. Presidente, foi divulgada nos jornais de hoje a informação de que o discurso que o senhor fez no último sábado em São Paulo, na inauguração do prolongamento da Radial Leste, foi retirado do site oficial da Presidência da República e recolocado sem um trecho, exatamente o trecho no qual o senhor pediu votos para a candidata à reeleição, a prefeita Marta Suplicy. Eu pergunto duas coisas.



Isso foi determinado pelo senhor e se foi ou se não foi, houve uma reavaliação de postura com relação às pressões da última semana?

Presidente: Primeiro, bom dia, Felipe. Eu acho que todos vocês, aqui, já acompanharam, em algum momento, campanha política, já acompanharam inauguração de obra.

Veja, eu fui para São Paulo inaugurar uma obra em que a prefeita não podia ir, porque aquela obra tinha dinheiro do governo federal. Eu fui inaugurar aquela obra porque entendia que aquela obra era muito importante para a Zona Leste de São Paulo. Alguns, que estão reclamando de eu ter falado em política, estão na televisão todos os dias defendendo os seus candidatos e eu nunca me incomodei. Eu gostaria que não fosse assim. Eu gostaria que os governadores não estivessem em campanha, mas estão. E estão fazendo publicidade como se fossem eles os candidatos.

Eu fui à Zona Leste. Primeiro, eu fiz um discurso por escrito, que era o meu ato oficial, vocês todos conhecem isso, descerrei a placa, fiz meu discurso. Na verdade, eu já tinha até acabado de falar quando eu recebi um documento da nossa ministra interina, que mostrava o quê? Que mostrava que, em sete anos, o governo passado investiu na capital paulista apenas 590 milhões de reais. E que eu, em apenas 19 meses, já tinha colocado quase 400 milhões de reais na capital de São Paulo. E por que o grande investimento em São Paulo? Porque São Paulo não é dos paulistas, embora seja capital de São Paulo; São Paulo tem gaúcho, tem nordestino, tem amazonense, tem pernambucano, senão, eu não seria presidente da República; então, todos os estados brasileiros estão em São Paulo. Aquilo é uma megalópole que atende o Brasil e o mundo, você encontra qualquer raça do mundo em São Paulo. Então, qualquer investimento que se faça lá é bom. Eu fiz o pronunciamento.

Depois que eu fui falar de improviso, eu fui tomado de uma emoção muito grande, como todo orador é, de falar da campanha eleitoral, porque falei.



Se eu cometi o erro, eu, primeiro, sou o presidente da República e não gostaria de dar o exemplo de um presidente tentando denegrir qualquer lei. Portanto, como criaram a palavra desculpa, eu peço desculpas se isso causou mal a alguém. O dado concreto é que a obra está pronta.

Eu não estava aqui, quando teve esse problema do site. Eu disse ao Ricardo Kotscho, ontem, para colocar no site esse negócio, porque o discurso está por escrito, eu não tenho como dizer que eu não fiz o discurso, porque está por escrito.

E tem o trecho de improviso, porque eu faço as minhas coisas. Eu até, de vez em quando, gosto do improviso como se eu não fosse nem o presidente da República, como se eu fosse um cidadão comum, porque eu tenho uma interação com o povo muito forte, eu gosto dessa interação, me sinto bem. Agora, eu te confesso, Felipe, que eu não entendo porque que os nossos adversários, que estão na campanha todos os dias, ficaram tão nervosos. Eles começaram dizendo que iam fazer uma campanha federalizada, que iam destruir o governo federal. Os números da economia fizeram com que eles fechassem a boca, só faltam pedir voto para mim em palanque, não pedem porque não sou candidato. Então, eles estão sem argumentos.

Agora, se isso foi errado, eu só tenho que pedir desculpas. Se eu machuquei alguém, se eu feri alguém, eu vou ser mais comedido daqui para a frente, eu vou evitar que, durante esse processo de campanha, que eu faça meus improvisos falando de eleição, porque pode ajudar o meu candidato, mas não é um exemplo que pode ser bom para a Justiça.

Luís Fara Monteiro: O presidente Lula responde, agora, à pergunta da jornalista Ana Amélia Lemos, apresentadora do programa “Gaúcha Atualidade”, da Rádio Gaúcha de Porto Alegre.

Bom dia, Ana Amélia!



Ana Amélia – Rádio Gaúcha: Bom dia! Obrigado Luís. Bom dia, Presidente. Bom dia, Ricardo Kotscho.

Presidente: Bom dia, Ana Amélia.

Ana Amélia – Rádio Gaúcha: Presidente, o Rio Grande e os outros estados vinculados ao agronegócio estão na expectativa dessa questão polêmica da medida provisória sobre a biotecnologia, transgênicos. Eu queria saber do senhor se já está tomada a decisão. Quando, e que abrangência terá essa medida provisória? O governo vai manter aquela idéia inicial de preservar, na mesma medida provisória, biotecnologia, transgênicos e células-tronco, que são dois temas que têm muito problema, inclusive dentro do próprio governo?

E como o senhor mesmo tomou a iniciativa, eu quero saber se a 101, trecho sul, começa mesmo, agora?

Presidente: Você vai ser convidada, eu penso que já está no processo de licitação e eu penso que a 101, no trecho Florianópolis até Osório, eu acho que eu vou ao Rio Grande do Sul, no final de outubro, dar ordem de serviço. Portanto, ela vai começar definitivamente.

Ana Amélia – Rádio Gaúcha: Depois da eleição?

Presidente: Depois da eleição. Até porque eu tenho muitos amigos no Rio Grande do Sul em todos os partidos políticos, mas tem um processo a cumprir, ainda, até a chegada da ordem de serviço. Porque na medida que você faz a licitação tem um prazo de recurso, tem pessoas que não gostam do resultado. Então, você tem que acatar esse funcionamento.

A questão da biossegurança. Ana Amélia, você, mais que ninguém, sabe da boa vontade que o governo teve para tentar ajudar resolver essa situação.



No começo do ano passado, eu mal tinha entrado na presidência da República, fui pego num país que se dizia não plantar a soja transgênica, fui pego com a notícia de que tinha, no Rio Grande do Sul, 9 milhões de toneladas de soja transgênica. Aí você sabe, não faltam aqueles que falam: “queima”, e aqueles que falam: “vende tudo para o exterior”. As pessoas que falam: “queima”, falam uma coisa absurda, porque tudo que eu não quero na vida é uma imagem de um presidente da República, num país que tem milhões de pessoas passando necessidade, queimando alimento.

Segundo, eu não poderia exportar para quem eu queria porque não sou eu quem determina quem vai comprar as coisas nossas, ou seja, eu não poderia dizer: “exporta tudo para a China”, como se os chineses fossem comprar tudo. Nós então, fizemos uma medida provisória, autorizamos a venda, uma parte foi exportada, mas uma parte foi comercializada aqui dentro. O que nós exigíamos, apenas, é que fosse rotulado, concretamente, que era soja transgênica.

Bem, demos um prazo para que as coisas fossem consertadas, não foram consertadas este ano, e eu reeditei a medida provisória outra vez porque eu não quero causar prejuízo nem ao grande, nem ao médio e nem ao pequeno produtor. Pois bem, mandei, em fevereiro, o projeto para a Câmara dos Deputados, ele foi aprovado na Câmara dos Deputados, e está no Senado. Antes de viajar para os Estados Unidos, conversei com o líder do governo que me disse que talvez fosse melhor o governo retirar o projeto aprovado na Comissão, nas várias Comissões do Senado e transformá-lo numa medida provisória, para ele entrar em vigor.

Eu voltei ontem das Nações Unidas, não tive tempo ainda de ver o projeto. Hoje, possivelmente, eu vá conversar com o nosso líder sobre isso. Se for importante e tiver acordo, eu posso fazer isso, assinar. Não quero entrar em detalhes sobre o que vai ficar ou não porque eu não conheço, e se eu falar



antes de conhecer eu posso estar dando um tiro no pé e eu, realmente, não quero ser suicida, pelo menos do ponto de vista político, neste momento.

Eu vou tratar isso com um carinho excepcional porque estamos chegando na época do plantio. Para os brasileiros que não sabem do tamanho deste país, no Rio Grande do Sul e na região Sul do país começa, agora no mês de outubro, o plantio da soja. Então, quando o cidadão enterrar a semente embaixo da terra, você não vai saber se ela é ou não transgênica, você vai ter que esperar quatro meses, ela vai crescer, aí você vai saber se ela é transgênica ou não.

Se algum gaiato jogar uma sementezinha com pesticida no meio da soja exportada, nós vamos ter prejuízo. Então, nós vamos tratar isso como uma coisa muito carinhosa, porque a biossegurança é uma coisa séria para nós e nós queremos fazer com que o projeto seja de interesse da nação brasileira, da maioria do povo brasileiro e não do Presidente da República. A minha parte eu já fiz, mandei para o Congresso. Eu só esperava que eles aprovassem e eu sancionasse. A Câmara aprovou, o Senado está discutindo há muito tempo.

Ainda esta semana eu conversei com o governador Rigotto e pedi que é preciso um pouco de pressão em cima do Senado, a boa pressão dos governadores, para que a gente aprove. E eu se for acordado com eles que eles aceitam a medida provisória tal como o projeto foi acordado lá, se estiver tudo bem, eu não teria problema nenhum em mandar. Ainda não li e não discuti o projeto.

Luís Fara Monteiro: Nós agradecemos a você, em todo o Brasil, que acompanha esta entrevista coletiva com o presidente Lula, pelo rádio e pela televisão. Vamos fazer um pequeno intervalo de três minutos e voltamos em instantes. Até já.



São 8h36m, obrigado a você que está acompanhando essa entrevista coletiva com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo transmitida para todas as rádios e TVs do país.

O presidente Lula vai responder, agora, à pergunta do Marcus Aurélio, comunicador do programa “Quintal da Globo”, da rádio Globo do Rio de Janeiro. Bom dia, Marcus.

Marcus Aurélio – Rádio Globo do Rio de Janeiro: Bom dia, editor da Rede Globo de Rádio, Rádio Globo Brasil. Presidente, ainda há pouco, em uma de suas respostas, aliás justamente na resposta para o Heródoto Barbeiro, o senhor deixou uma pista aí no ar que deve ter gerado muita esperança para muita gente quando o senhor falou que vêm aí novidades em relação à pequena empresa no nosso país.

Nós sabemos que hoje este é um dos grandes problemas, principalmente nos grandes centros urbanos. Ou seja, é muito difícil ter coragem de abrir uma pequena empresa no Brasil, é muito grande a opção de pessoas pela economia informal, pela camelotagem, pelo comércio paralelo. O sujeito vê uma legislação trabalhista absolutamente desestimuladora, dificuldades, portanto, se o cara quer contratar, por exemplo, um funcionário temporário, ele vai gastar uma nota só de encargos sociais, impostos que, muitas vezes, são proporcionalmente injustos na comparação com a grande empresa.

O senhor está preparando um pacote bom, um pacote de bondade para o pequeno empresário mesmo? O que vem por aí?

Presidente: Eu não diria, Marcus Aurélio, um pacote de bondade. Eu diria um pacote para se fazer justiça. Se nós quisermos diminuir a economia informal e se nós quisermos que muitos pequenos empresários deixem de ser clandestinos, já está provado que não basta uma lei proibindo, é como proibir



pisar na grama, e todo mundo pisa. Nós não queremos criar facilidades mas, ao invés de criar dificuldade, queremos criar um processo que faça justiça a uma pessoa que queira abrir uma pequena empresa, e que ele possa, com maior facilidade, abrir essa empresa e, se não der certo, com a maior facilidade, fechar essa empresa.

O que não pode é o cidadão levar quase um ano para abrir uma pequena empresa e depois levar dez anos para fechar essa pequena empresa, pagando, às vezes, impostos como se fosse uma empresa multinacional. Muitas vezes, essa questão da lei trabalhista é uma verdade absoluta e nós temos interesse de começar, este ano, um grande debate sobre a questão da mudança na legislação trabalhista. E queremos fazer acordada com o movimento sindical.

Veja uma coisa, nessa questão da pequena empresa, nós vamos criar um imposto que é uma coisa quase simbólica, para garantir o pagamento da Previdência Social. Obviamente que você pode ter restrição aqui ou ali, o movimento sindical pode não concordar, mas eu penso que ainda temos que convencê-los de que é melhor a gente assumir a responsabilidade de ter regras diferentes para atividades de tamanhos diferentes, do que querer ser rígido, numa única política universal, para uma empresa multinacional de faturamento de bilhões, e uma empresa de fundo de quintal, de faturamento de poucos reais.

Nós queremos fazer uma política justa. Vamos fazê-la e eu penso que vai ser uma coisa extraordinária. Nós estamos estimando que uma política dessa pode atender, no médio prazo, a inclusão dessas pessoas na formalidade, de praticamente 9 milhões de microempresas que estão hoje na ilegalidade. Ao invés de proibi-los e puni-los, nós estamos abraçando-os e dizendo: vamos juntos sair desse sufoco em que estamos colocados.

O dado concreto é que se demorou para fazer as coisas. Como nós temos o hábito de fazer as coisas discutindo com o setor, neste caso, por



exemplo, nós queremos ter uma conversa com alguns governadores. Vai ter uma reunião do Confaz agora, nós vamos discutir porque, meu caro, todo mundo fala em reduzir imposto mas ninguém quer reduzir, veja o que está acontecendo com a reforma tributária. Nós fizemos a parte federal, tem a parte estadual para ser feita, que daria parte do dinheiro que os governadores reclamam. Segundo o Palocci, é bem possível que cada estado aumente a sua arrecadação em 10%. E porque não sai a parte estadual? Porque os governadores não se entendem. Alguns querem perpetuar a guerra fiscal, outros não querem guerra fiscal.

Então, eu ainda conversei com alguns governadores estes dias e disse para eles: Olhem, é importante juntar os que querem a guerra fiscal para que o Senado vote a parte da reforma tributária que é pertinente aos governadores. Aí sim, o processo fica pronto e tudo vai ficar resolvido.

Mas essa é uma medida, Marcus Aurélio, que eu acho importante para o Brasil, e nós íamos anunciar sexta-feira passada. Como eu não estava aqui, nós não anunciamos, vamos anunciar na próxima sexta-feira.

Luís Fara Monteiro: O presidente Lula responde, agora, à pergunta de Fábio Marçal, correspondente do Jornal da Manhã, da Rádio Guaíba de Porto Alegre. Bom dia, Fábio.

Fábio Marçal – Jornal da Manhã: Correio do Povo, só para melhorar. Presidente, bom dia e bom dia aos ouvintes da Rádio Guaíba. O senhor será candidato à reeleição e, falando em reeleição, o senhor é a favor? E, falando em reeleição, o senhor é a favor da reeleição dos presidentes da Câmara e do Senado Federal?

Presidente: Primeiro, eu não discuto candidatura 2006, nem de outros e nem minha. Eu acho que nós temos é que governar o país, porque fomos eleitos



para isso, e vai ter o momento em que a gente vai discutir a questão eleitoral. Por enquanto, o nosso lema é cumprir aquilo que nos propusemos a fazer.

Com relação à reeleição da Câmara. Veja, nós vivemos uma situação de uma certa heresia política: eu posso ser presidente da Câmara de 1996 a 1998 e posso ser presidente da Câmara de 1999 a 2001. Se terminar um mandato e começar outro eu posso ser, como já aconteceu várias vezes. Agora, eu não posso ser num mesmo período. Eu acho que isso é uma coisa até um pouco esquisita para o processo democrático.

Eu só tenho uma preocupação com a reeleição na Câmara e no Senado, que é se você não colocar um freio, você perpetua um presidente da Câmara, durante 20 ou 30 anos, ou um presidente do Senado durante 20 ou 30 anos, o que é ruim. Mas, eu te confesso que num país que tem reeleição para presidente da República, tem reeleição para prefeito, tem reeleição para governador, dizer que uma Casa legislativa não pode ter a sua própria reeleição interna é, no mínimo, uma contradição.

De forma que, isso é um problema deles. Eu já disse ao presidente João Paulo, disse ao presidente Sarney, é um problema que eles têm que coordenar lá dentro, não é um problema do presidente da República e muito menos do Poder Executivo. Se acontecer a reeleição, que eu não sei se vai acontecer, eu vou ter um candidato, obviamente, na Câmara, vou ter um candidato no Senado mas, eu, por enquanto, espero que eles decidam o que fazer, sem que haja ingerência do Poder Executivo.

Luís Fara Monteiro: Essa é uma transmissão ao vivo, direto do Palácio do Planalto, a entrevista coletiva com o presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Quem formula a pergunta agora é Eduardo Costa, apresentador do programa “Chamada Geral”, da Rádio Itatiaia de Belo Horizonte.

Bom dia, Eduardo.



Eduardo Costa – Rádio Itatiaia de Belo Horizonte: Bom dia. Bom dia, Presidente!

Presidente: Bom dia.

Eduardo Costa – Rádio Itatiaia de Belo Horizonte: Presidente, na verdade, a pergunta que trago é um apelo dos ouvintes, o apelo mais freqüente na Redação, não só da Itatiaia, mas das outras 53 emissoras do Estado, o que prova que a violência, hoje, é um sufoco na zona urbana, na zona rural, em toda parte de Minas Gerais. O medo, Presidente, está tomando conta das pessoas: o medo de chegar na janela, o medo da filha não voltar da faculdade, um negócio assustador, mesmo, Presidente, essa é a palavra. E o pior é que a nossa polícia, sempre apontada como uma das melhores do Brasil, já não apura mais do que a metade dos crimes contra a vida e já não é procurada por sete entre dez vítimas de crime contra o patrimônio, porque essas vítimas não acreditam na ação da polícia.

Quando a gente procura os operadores do Direito, eles dizem: olha, o Código de Processo Penal Brasileiro tem 60 anos, aproveita a força da Itatiaia, cobra do Presidente Lula, quando puder. Essa é uma cobrança.

Outras vezes, Presidente, em que a gente procura o prefeito, ele diz que o problema é do governo do estado. Quando chega no governo do estado, ele diz: olha, o governo federal não passou um centavo ainda, esse ano, cobrem do Presidente.

Então, o senhor, com tantos assuntos macro, pode dizer que, pelo menos um dos três prédios da Praça dos Três Poderes prioriza a violência? O senhor pode dar uma expectativa para as pessoas que nós vamos ter penitenciárias, lugar para pôr presos, porque hoje não tem? Além de todo esse trabalho que o senhor tem feito no combate à fome e das medidas de médio e longo prazo, o governo federal está prevendo uma ação imediata para diminuir



o sufoco, Presidente?

Presidente: Olha, primeiro, em quase todos os espaços aqui dos Três Poderes nós estamos pensando na paz. Nós estamos achando que é possível criar uma política de segurança pública neste país que possa, via inteligência, ser mais eficaz do que a via da violência que alguns apregoam e fazem publicidade sistematicamente.

Ora, acabou aquele tempo em que um governador ou um prefeito de uma cidade fazia pirotecnia com um preso, com um bandido. De vez em quando vão 3 mil soldados para um lugar, para pegar um cara. Possivelmente, com um pouco mais de inteligência, você precisaria de um ou dois bons policiais, de um bom esquema de investigação, para você poder pegar o cara sem precisar fazer a pirotecnia, o carnaval, que desaparece no dia seguinte àquela prisão.

Eu quero dizer para você que você é um homem que sabe. Eu espero que quando alguém te perguntar isso na rádio ou na televisão, por favor, você me ajude, o problema da Segurança Pública é um problema do governo do estado. O governo pode e está tendo uma boa política de tentar unificar vários procedimentos, para que sejamos mais eficazes na prisão das pessoas que cometem crimes. Eu vou dar alguns exemplos aqui. Primeiro, eu me orgulho Eduardo, de ter uma das pessoas mais extraordinárias deste país como Ministro da Justiça que é o ministro Márcio Thomaz Bastos, acho que é inatacável, do ponto de vista da sua competência profissional, da sua história, da sua dedicação. E o Márcio é importante porque sempre conta até 10. Você não vê o Márcio falar uma heresia, você não vê o Márcio falar pelos cotovelos. O Márcio prefere contar até 10 e falar uma coisa de bom senso do que fazer um carnaval.



Veja, nós criamos o Estatuto do Desarmamento. Você vê o sucesso que está dando, nós já recolhemos as armas que prevíamos recolher, já este ano, num sucesso extraordinário.

Nós consolidamos o Sistema Único de Segurança Pública no Brasil. O que é? Você trabalhar com a Secretaria de Segurança Pública Federal, tendo um controle de todo o processo de organização da polícia civil, da polícia militar, da polícia federal, para que cada uma não tenha apenas o seu arquivo, para que cada uma não tenha o seu bandido preferido, para que cada uma não tenha a sua tática. É preciso que haja uma uniformização.

Depois, nós criamos uma força chamada “Força Nacional de Segurança Pública”. São policiais altamente preparados que vão fazer intervenção em momentos excepcionais que forem pedidos, obviamente, requisitados, por governadores. Nós não temos como ter ingerência num estado qualquer. Por mais que tenha uma crise, nós não temos como fazer interferência se não houver um pedido explícito do governo. Aí, de vez em quando o governo estadual fala: bom, não queremos porque significaria intervenção. Mas o governo federal está preparado para isso.

Depois, com o Gabinete de Gestão Integrada, você vai ter uma ação em que saberá o que acontece em cada estado no momento em que o fato acontece naquele estado. E depois, a última coisa que eu lancei aqui, faz uns dois meses, é o “Sistema Automatizado de Identificação e Impressões Digitais”. Hoje, você sabe que o cidadão faz um assalto em Pernambuco, ele vai para a Bahia tira outro documento e faz outro assalto, vai para São Paulo, faz outro; vem para Brasília, faz outro, ou seja, às vezes ele tem uma identidade em cada estado.

Nós estamos com um sistema de investigação que, quando o cidadão for fazer a impressão digital em Roraima, automaticamente essa impressão digital – esteja ele em São Paulo, no Rio Grande do Sul – se um policial rodoviário federal pegar um cidadão suspeito, vai ter uma maquininha onde o



cidadão vai colocar o dedo e, se ele estiver na lista dos 50 mil bandidos mais procurados do Brasil, a cara dele vai aparecer automaticamente na telinha do computador e ele poderá ser preso.

Agora, segurança pública é como economia, se você falar, não faz. Então faça, e nós estamos fazendo com muita inteligência. Eu confio plenamente em cada passo que o ministro Márcio Thomaz Bastos dá e eu acho que nós vamos terminar o nosso mandato com a segurança pública muito, muito mais forte. Por exemplo o trabalho que nós estamos fazendo para combater o crime organizado, a lavagem de dinheiro, nunca foi feito na história deste país. É um trabalho sério que requer inteligência, que requer preparação, porque quando você vai enfrentar o crime organizado, acabou. Não é mais aquele ladrão de galinha que antigamente se pegava, não. É o cidadão que tem o seu braço na política, seu braço no judiciário, seu braço no empresariado, seu braço internacional, ou seja, é quase uma empresa multinacional com vários braços, com várias filiais, e aí a questão é muito mais de inteligência.

Por isso, eu diria a você, Eduardo, que eu deposito muita, mas muita confiança nas ações do nosso companheiro Márcio Thomaz Bastos. Agora, é verdade, o prefeito culpa o governador, o governador culpa o governo federal, e o governo federal, como tem responsabilidade, não culpa ninguém, faz o que pode.

Luís Fara Monteiro: Vamos ouvir Geraldo Freire, apresentador do programa “Supermanhã”, Rádio Jornal do Comércio do Recife. Bom dia, Geraldo.

Geraldo Freire – Rádio Jornal do Comércio: Pernambuco, falando para o mundo.

Presidente: ...e sobretudo de Garanhuns para o mundo, de Caetés.



Geraldo Freire – Rádio Jornal do Comércio: Eu vim aqui, Presidente, na certeza de que vou levar do senhor uma resposta definitiva sobre o Rio São Francisco. A importância do rio, o senhor já disse que é uma coisa que desde o Império se fala, e para saber exatamente o que vai acontecer com o rio, porque a confusão em Garanhuns, estamos na época de eleição, e o Osvaldo Coelho, que é deputado do PFL, disse que é uma insanidade do governo o que o senhor quer fazer com o Rio São Francisco. Gonzaga Patriota, que é seu aliado, diz que é porque Osvaldo Coelho não sabe que o senhor quer também ligar o Tocantins ao São Francisco, e só assim essa coisa seria resolvida. Bom Presidente, então, eu queria que o senhor dissesse exatamente o que vai acontecer. Nós estamos em cadeia estadual de rádio, essa pergunta era de três ou quatro amigos do Nordeste, que iam fazer, então, o que vai acontecer com o rio São Francisco, exatamente?

Presidente: Eu espero que nós tenhamos a sorte de colocar em prática as coisas que já pensamos, que já discutimos e que estamos discutindo, inclusive com o Comitê da Bacia do São Francisco, porque se você ficar ideologizando essa coisa, o rio é meu, o rio é seu, o rio ninguém toca, você não vai resolver um problema crônico, que é o problema da seca do semi-árido nordestino, que há 300 anos todo mundo fala que vai resolver e não resolve.

É importante lembrar que esse projeto é de Dom Pedro. Em 1847 Dom Pedro já imaginava fazer a transposição das águas do Rio São Francisco para levar água ao semi-árido. Nós estamos num processo muito grande de revitalização do rio, inclusive, antes de tirarmos a água, nós queremos ter uma política muito forte de saneamento básico nas cidades ribeirinhas, para que a gente possa jogar água tratada dentro dos rios. Há um trabalho conjunto entre todos os ministros envolvidos na área do saneamento básico e na área do florestamento, na área da integração regional, o meio ambiente. Nós vamos,



então, a partir de janeiro, com essa idéia, começar a fazer as obras, Vamos começar o processo de licitação, que não vai tirar muita água do São Francisco, vai tirar o suficiente para que as pessoas possam beber água decentemente.

Qual é a novidade? A novidade é que você vai tirar – eu não queria dizer o número e errar – 73 metros cúbicos por segundo. É a mesma quantidade de um projeto Pirarucu que está sendo criado no Mato Grosso, onde, para criar peixe, o cidadão deve fazer um canal de 63 metros cúbicos por segundo. Essa água, qual é a novidade dela? É que ela vai interligar muitos açudes existentes no Nordeste. Essa interligação vai permitir que os açudes não fiquem salinizados, vai permitir que eles estejam sempre com água, não tem aquele negócio de estar cheio um dia, no outro dia está vazio, estar seco. E vai permitir a gente possa ter um mínimo de política de irrigação para atender, sobretudo, à agricultura familiar...

Jornalista: O Tocantins está no projeto?

Presidente: Está, está no projeto. É que o projeto é muito grande, exige, envolve alguns anos para construir. Os dois trechos principais que vamos fazer é o eixo leste e o eixo oeste, parece-me que é o estado de Pernambuco e o estado do Ceará. É uma obra que deve custar o equivalente a dois bilhões. Nós queremos começar, inaugurar o primeiro trecho, mais ou menos em junho de 2006, prioritariamente para se beber água. Obviamente que, no meio, vamos ter alguns processos de irrigação em alguma área. Isso nós vamos fazer.

Nós fizemos todos os debates que poderíamos fazer. Primeiro, foi o vice-presidente José Alencar, que viajou o Brasil inteiro discutindo o projeto; depois eu passei para a mão do ministro Ciro Gomes, que já andou por onde deveria andar, já fez várias reuniões com o Comitê de Bacias, tentando aparar



todas as divergências possíveis. E nós vamos fazer porque é um bem para o Brasil.

Eu não sei como é que pode alguém, que não passou sede, me parece como os nossos amigos “Coelhos”, seja contra a gente levar um caneco d’água para um nordestino que está passando sede, que às vezes tem que andar seis léguas com um pote na cabeça para trazer uma água barrenta, depois da vaca beber, depois da cabra beber, depois de defecar dentro da água. Essa pessoa leva a água para beber em casa. Eu não sei como é que uma pessoa, como o Coelho, pode ser contra isso. Eu te confesso que eu acho que é até uma questão humanitária, você garantir que o povo nordestino, que tem outros problemas, mas não de água para beber, pelo menos.

Jornalista: (inaudível)

Presidente: Não precisamos fazer muita coisa. Você perguntou do São Francisco, nós vamos começar, no ano que vem, a 101-Nordeste, que vai ser transformada na rodovia do turismo, porque acho que a partir dela muita coisa vai acontecer no Nordeste. Você viu que eu anunciei que nós vamos levar uma extensão da Universidade Rural de Pernambuco para Garanhuns, porque Garanhuns representa um pólo de 38 cidades, com mais de um milhão de habitantes, e a Universidade Rural está todinha em Recife. Já há concordância, o ministro Tarso Genro deverá ir a Garanhuns por esses dias. Já há a reivindicação de levar um braço da Federal até Caruaru, que é uma reivindicação histórica, ou seja, é tentar interiorizar um pouco as nossas universidades.

Então, eu acho que nós estamos fazendo aquilo que o Nordeste precisa que seja feito. Nós estamos muito adiantados na discussão da Trans-nordestina. Estamos procurando ver se temos parceiros ou não na hora que for aprovado o PPP no Senado, para ver se a gente começa a construir também a



Transnordestina. Eu estou muito otimista sobre a infra-estrutura, sobretudo, para o Nordeste brasileiro.

Luís Fara Monteiro: Você está acompanhando pelo Rádio e pela TV a entrevista coletiva com o presidente Lula, direto do Palácio do Planalto. São 8 horas e 57 minutos. Pergunta do Joseval Peixoto, comentarista do Jornal da Manhã da Rádio Jovem Pan de São Paulo.

Bom dia, Joseval!

Joseval Peixoto – Rádio Jovem Pan: Bom dia. Bom dia, presidente Lula. Em primeiro lugar, como jornalista, eu quero enaltecer o seu governo, o seu setor de comunicações por essa reunião. Nós estamos na Semana do Rádio, eu entrei no rádio com 15 anos de idade, tenho 50 anos de rádio. Mas quando eu entrei, lá atrás, jamais sonhei que um dia estaria nesse que, me parece, o maior estúdio do rádio brasileiro, em razão dos comunicadores que aqui estão. Espero que isso se repita, Presidente.

Luís Fara Monteiro: Você está acompanhando pelo rádio e pela TV a entrevista coletiva com o presidente Lula, direto do Palácio do Planalto. São 8h 57min. Pergunta do Joseval Peixoto, comentarista do Jornal da Manhã da Rádio Jovem Pan de São Paulo.

Bom dia, Joseval.

Joseval Peixoto – Rádio Jovem Pan: Bom dia. Bom dia, presidente Lula. Em primeiro lugar, como jornalista, eu quero enaltecer o seu governo, o seu setor de comunicações por essa reunião. Nós estamos na Semana do Rádio, eu entrei no rádio com 15 anos de idade, tenho 50 anos de rádio. Mas quando eu entrei, lá atrás, jamais sonhei que um dia estaria nesse que, me parece, o maior estúdio do rádio brasileiro, em razão dos comunicadores que aqui estão.



Espero que isso se repita, Presidente. O seu governo, parece-me que vai bem sob o seu comando. A Jovem Pan lançou uma nova seção do jornal, chamada “Fato Positivo”, porque o senhor sabe: jornal é só desgraça, violência, corrupção, desemprego e está sendo fácil apresentar o Fato Positivo no seu governo. Mas ainda há um mistério e um susto na sociedade que eu gostaria de saber do senhor: o que é o MST. O que é, para o senhor, o MST? O senhor tem as informações dos confrontos? O governo brasileiro, como é que encara esse movimento que está, me parece, à margem da legalidade, segundo as notícias? Ainda assusta? O senhor tem notícias dos resultados desses assentamentos? E, enfim, o que é a sua política agrária para o nosso país?

Presidente: Bom dia, Joseval. Primeiro, um comentário sobre o que você falou: outro dia, eu disse aqui o seguinte: notícia, muitas vezes, é aquilo que a gente não gostaria que saísse e o resto é publicidade.

Agora eu te confesso que muitas vezes, também, há exageros no pessimismo. Muitas vezes, você se levanta de manhã e, quando se depara com a notícia, você pensa que acabou o Brasil. Aí você abre a janela e vê que o Brasil está “inteiraço”, que está acreditando em si próprio, é só pegar todos os dados para ver que a auto-estima do povo está à flor da pele. As pessoas estão acreditando que as coisas vão acontecer neste país e os números estão fazendo com que o povo acredite.

Temos problemas. Seria inadmissível que nós não reconhecêssemos que nós temos problemas, que são históricos, insolúveis em curto prazo, mas que têm solução de médio prazo.

E a questão da reforma agrária é uma questão que nós tratamos com um carinho muito grande. Primeiro, porque é uma questão de justiça social. Nós não estaremos fazendo nenhum favor, até porque se nós pegarmos um mapa geográfico brasileiro e analisarmos quais os estados que têm uma política mais desenvolvida na agricultura, vamos perceber que são as partes do



Brasil dominadas pela pequena e média propriedade que têm um crescimento mais homogêneo. Ou seja, você não tem o rico e o miserável, você tem todos vivendo uma vida média digna. É só ir a uma parte do Rio Grande do Sul, a uma parte de Santa Catarina, à serra gaúcha, para ver por exemplo, como é que vive aquele povo no estado de Santa Catarina, uma parte de São Paulo, uma parte do Paraná. Então, nós estamos trabalhando um novo tipo de reforma agrária.

Você está lembrado que desde o começo eu disse: nós não temos que nos preocupar com a quantidade de assentados, se são cinco milhões, dois milhões ou três milhões. Nós temos que nos preocupar com a qualidade das coisas que nós vamos fazer no Brasil. Eu entendo que um assentamento correto é aquele em que você tenha, primeiro, as pessoas assentadas; que as pessoas tenham as casas; que tenham a possibilidade da educação e da saúde ali no local; que você possa levar um pouco de lazer para aquelas pessoas; e benefícios, como a melhoria da qualidade de vida, facilitando a vida das pessoas. Você não precisa ter uma casa a cada dez quilômetros; você pode ter um núcleo, e que tenha em torno desse núcleo uma escola, uma creche, um posto médico, uma área de lazer e que as pessoas saiam para trabalhar como saem para trabalhar em qualquer lugar do mundo, como em algumas cidades onde as pessoas moram na cidade e trabalham no campo.

Segunda coisa, nós precisamos levar tecnologia. Nós não podemos ficar com os assentamentos como se fossem a parte feia da agricultura. Se você leva tecnologia e assistência técnica, garante o crescimento da economia.

A terceira coisa é que nós estamos fazendo o que jamais foi feito neste país, e eu não sei se foi culpa de alguém. O dado concreto é que não foi feito. Primeiro, nós temos o maior financiamento do Pronaf da história deste país. Segundo, mais importante do que a quantidade de dinheiro que nós disponibilizamos, de 7 bilhões de reais, é que o ano passado cresceu o número de contratos em 83%. Significa que você não apenas anunciou, você anunciou



e abriu a torneira, destravou, porque o pequeno não tinha sequer acesso.

No Nordeste brasileiro, Joseval, se você pegar, eu posso dar para todas as rádios do Nordeste a quantidade de estados que, historicamente, não pegavam dinheiro do Pronaf e agora estão pegando. Por quê? Porque a orientação é que nenhum gerente do Banco do Brasil deixe de emprestar o dinheiro à pessoa que tem direito.

Criamos uma coisa mais nova ainda, que é estender a possibilidade à mulher do trabalhador que tomou financiamento, para ela fazer uma plantação para que ela possa tomar dinheiro emprestado em nome dela, um financiamento, ou seja, para valorizar a mulher trabalhadora rural brasileira.

Depois, foi lançado o chamado Seguro Agrícola. Antes, como era? O trabalhador tomava o dinheiro no banco, fazia o seguro, e se tivesse um intempérie, um vendaval, qualquer coisa, ele perdia tudo e recebia 70% dos prejuízos dele. O que nós estamos fazendo agora? O cidadão recebe 100% dos prejuízos e, mais ainda, recebe 65% daquilo que era o resultado da sua colheita para que ele possa recomeçar a sua vida. Ao invés de ficar chorando, nós vamos garantir que ele receba 65% daquilo que era previsto ele ganhar, para que ele toque a vida dele. Essa é uma novidade excepcional que dá cobertura total ao pequeno produtor.

Nós fizemos, também, uma coisa extraordinária no ano passado e neste ano melhorou, que foi a compra dos produtos dos setores da agricultura familiar, sobretudo das regiões mais pobres do Brasil. Eu fui lançar em Buíque, em Pernambuco, no ano passado, a compra do feijão do pequeno agricultor. E foi uma coisa interessante porque você não precisa nem comprar tudo. Na hora que vai colher, o mercado puxa o preço para baixo e quebra o produtor, porque ele não teve nem como retirar o que ele gastou. O que nós fizemos? Nós entramos com a Conab equalizando, nós entramos pagando o preço justo, compramos tudo. Se o mercado quiser comprar ao preço justo, paga e aí o governo sai.



Agora, acabamos de fazer em Rondônia uma coisa fantástica, compramos 11 mil toneladas de feijão, porque os atravessadores queriam oferecer entre 25 e 28 reais a saca. A Conab entrou colocando 60 reais, que era o preço justo, o mercado subiu para 50 reais e, quando chegou a 50 reais, o governo saiu porque o governo não precisa ficar nisso. Nós temos que equalizar, temos que ser justos nisso. Então, nós pensamos assim a questão da agricultura. E nisso estão enquadrados todos os movimentos, a CONTAG, o Movimento dos Sem-Terra estão de acordo. De vez em quando tem radicalização, mas isso é normal no meio dos Sem-Terra, no meio dos jornalistas, no meio de tantos lugares. Há sempre os setores e momentos de racionalidades, de radicalismo que nós temos que, nesse momento de radicalismo, quem tem mais responsabilidade...

Porque, Joseval, deixa-me contar uma coisa para você: quem tem poder tem a obrigação de ter mais tranquilidade do que os outros; tem a obrigação de ter mais responsabilidade que os outros. Então, eu como sou Presidente da República, quando eu vejo um segmento da sociedade mais nervoso, mais irritado, eu é que tenho que tentar fazer o papel do companheiro mais velho. Você está com 50 anos de rádio, então quem sabe o seu papel de acalmar, de falar: olha, não é assim, assim eu já quebrei a cara, vamos tentar fazer de outro jeito. Então, eu estou tranquilo. Eu acho que o movimento dos Sem-Terra percebe claramente que as chances que eles tem de nós termos uma boa política de reforma agrária e uma boa política agrícola, pacífica, sem nenhum radicalismo é agora. E trate de nos ajudar a fazer. E eles estão dando a sua contribuição.

Luís Fara Monteiro: Nós estamos transmitindo ao vivo para todo Brasil pelo rádio e pela televisão a entrevista coletiva com o presidente Lula. Vamos fazer um pequeno intervalo de três minutos e voltamos a seguir. Até já.

Quem pergunta, agora, é o jornalista Santino Soares, apresentador do



programa “Bom Dia Cidadão”, da Rádio Liberal de Belém. Bom dia, Santino.

Jornalista Santino Soares: Bom dia. Bom dia, presidente Lula.

Presidente: Bom dia, Santino.

Jornalista Santino Soares: Em nome da Rádio Liberal, quero agradecer a oportunidade de conversar com o senhor, juntamente com as grandes emissoras de rádio do Brasil.

Antes da sua eleição, o senhor fez uma viagem, que eu acho que foi uma viagem inspirada, pelo rio Amazonas, de Manaus a Belém, conhecendo toda a região amazônica, beira de rio, as cidades ribeirinhas do Amazonas. E isso deu a oportunidade de o senhor conviver diretamente com o homem amazônida e notar as necessidades do nosso povo.

No estado do Pará, nós temos algumas obras que há muito tempo necessitam de investimentos: a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, que hoje precisa da transposição daquela barreira para tornar o rio navegável e fazer o escoamento da soja produzida no Centro-Oeste; a Transamazônica, que levou muitas esperanças mas está lá perdida, precisa de asfaltamento; a BR-163, Santarém-Cuiabá, que é um grande sonho do Oeste do Pará ter essa rodovia concluída. Por outro lado, há uma forte política, por parte dos grupos ambientalistas, que questionam que essas obras vão causar um impacto muito grande no meio ambiente.

Nós queríamos ouvir a sua posição com relação à possibilidade da conclusão dessas obras e como ficaria a relação com os grupos ambientalistas.

Presidente: Primeiro, Santino, obrigado pela oportunidade de falar um pouco sobre essas obras. A primeira coisa importante é o seguinte: é saber que a Amazônia tem um ministro dos Transportes, portanto, não é um cidadão de



São Paulo, do Rio Grande do Sul ou de Minas Gerais que, muitas vezes, nunca nem foi lá. É um cidadão que veio de lá, que conhece aquilo, que foi administrador da Suframa e que, portanto, conhece sobejamente a região da Amazônia.

Segundo, nós temos no Orçamento a nossa parte, para a Hidrovia do Tucuruí. É uma combinação com o governador, de que uma parte nós faríamos e a outra parte ele faria. O Alfredo Nascimento já esteve lá, conversando com o governador, porque nós entendemos que o transporte hidroviário é uma das vantagens comparativas que o Brasil pode ter, na sua relação comercial com o mundo.

Terceiro, a questão da Santarém-Cuiabá, a famosa 163. Você sabe que, em 1989, eu me recusei a ir no marco zero dela, em Santarém, assumir compromissos daquela estrada, porque todos os candidatos a presidente, para enganar o povo, iam lá no marco zero que tinha em Santarém e falavam que iam fazer. Eu me recusei a ir. Recusei-me dizendo: não vou fazer promessa de uma coisa que eu não conheço. E não fui. Não sei se perdi a eleição por causa disso, mas o dado concreto é que eu não fui.

E vamos fazer a 163. Ela está num processo mais avançado do que em qualquer outro momento histórico. É uma estrada em que você sabe que tem que ser levada em conta a preservação ambiental, da forma mais respeitável possível, porque é uma rodovia em que o mundo inteiro está de olho, porque adentra no coração da Amazônia.

E nós estamos em combinação com os governadores, todos os governadores. A ministra Marina tem feito um trabalho excepcional, o ministro Ciro Gomes tem feito um trabalho excepcional. Eles têm trabalhado juntos, e também o Ministro dos Transportes.

E você pode ficar certo que eu, que nunca prometi, vou fazer a 163. E vamos fazê-la com o cuidado ambiental com que precisa ser feito, porque no Brasil, de vez em quando, você deixa a questão ambiental de lado, faz o



projeto, começa a obra e, de repente, vem um procurador do estado, o representante do Ministério Público do estado, embarga a obra e ela fica 30 anos paralisada, sem fazer nada.

Nós estamos envolvendo todo mundo. Só para você ter idéia, nós já fizemos muitas reuniões entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, as entidades ambientalistas da região, os secretários de Transportes dos estados, os governadores dos estados, porque quando nós colocarmos a máquina para a estrada sair, não é para ela ficar empacada como muitas vezes fica, no Brasil.

Nós temos essa preocupação e, inclusive, a Transamazônica, nós não temos todo o dinheiro para fazer tudo que a gente queria, mas é preciso, pelo menos, que se faça a manutenção correta, para que a trafegabilidade possa acontecer sem causar prejuízos aos moradores daquela região que, na década de 70, uma parte foi levada, lá do Rio Grande do Sul, para um processo extraordinário de integração, que terminou não sendo mais sucesso porque não teve a política de infra-estrutura que deveria ter, por parte do governo.

Mas nós estamos preocupados com essa região, até porque por meio dessa região nós diminuiremos, sempre, o valor da nossa mercadoria, tendo mais lucro, mais vantagem comparativa. Portanto, vamos exportar muito mais.

Luís Fara Monteiro: O presidente Lula responde, agora, à pergunta do jornalista Mário Kertész, apresentador do “Jornal da Bahia no Ar”, da Rádio Metrôpole de Salvador. Bom dia, Mário.

Jornalista Mário Kertész: Bom dia, Presidente. É um prazer enorme o senhor voltar aos microfones da Rádio Metrôpole, que neste momento está transmitindo para a Bahia toda.



Presidente, eu, que acompanhei de perto as suas campanhas, eu queria saber como é que o senhor se sente hoje, tendo sido bombardeado, como foi, durante as campanhas, porque as pessoas achavam um absurdo o senhor querer ser presidente da República sem ter governado nada antes, sindicalista e sem ser poliglota...

Presidente: E não falava inglês.

Jornalista Mário Kertész: É, exatamente, não falava inglês. Mário Amato disse que os empresários, na campanha do senhor, iriam fugir. Regina Duarte disse que estava com medo, naquele depoimento deplorável, com medo de que a economia do país e tudo o que havia sido conquistado fosse se perder se, por acaso, o povo brasileiro tivesse a insensatez de eleger o senhor. E o que está se provando é exatamente o contrário.

Eu queria saber como é que o senhor se sente, hoje, dando uma repassada nesses ataques que foram feitos, no preconceito que existiu. Há pouco o senhor se referiu a preconceito, falando a respeito de Marta Suplicy, preconceito de mulher, de uma mulher competente e tudo. Como é que o senhor se sente, hoje, vendo essas pessoas que se manifestaram tanto contra o senhor tendo que, não engolir, como o Zagalo falava, mas vendo um governo que a cada dia se afirma mais competente e que está levando a economia a um bom rumo?

E, uma última provocação: é verdade que o senhor pretende fazer uma reforma ministerial depois das eleições, para reforçar a sua base no Senado, Presidente?

Presidente: Não. Não estou nem pensando em fazer reforma ministerial. Até porque eu aprendi, no futebol, que em time que está ganhando a gente não mexe.



Olha, Mário, primeiro, é uma alegria estar te revendo pessoalmente, depois de tomar posse. Segundo, quero dizer para você que eu jamais vou dizer que as pessoas têm que me engolir. Eu tenho consciência do sacrifício que foi chegar à Presidência da República, eu tenho consciência das barreiras preconceituosas que eu tive que enfrentar, um preconceito elitista, um preconceito contra nordestino, um preconceito... bem, de todos os tipos. E eu sempre enfrentei isso de cabeça muito erguida, consciente do papel que eu tinha que cumprir, se eleito presidente da República.

E, graças a Deus, eu acho que nós estamos fazendo infinitamente mais do que os meus críticos. Infinitamente mais. Eu não gosto de ficar batendo boca, porque não é o papel do Presidente da República. Essa coisa, eu vou levar como gratidão de ter exercido a Presidência da República. Ou seja, um Presidente da República não pode bater boca, não pode ficar respondendo a muitas das coisas que um ser humano normal tem vontade de responder, de gritar e de falar como o Zagalo fala, depois de algum jogo. Eu não tenho.

Eu tenho sempre a tranqüilidade, sabe, é o seguinte: eu tenho um mandato, eu sei o que a sociedade espera de mim, sei dos sacrifícios que nós tivemos que fazer, e os fizemos, tivemos a coragem de fazer. Não vacilamos um minuto em tomar uma decisão, por mais dura que ela seja. Por isso é que nós tivemos a coragem de fazer a reforma da Previdência e a reforma tributária, porque são temas que ninguém gosta de fazer.

Eu acho que o Brasil entrou numa fase, Mário, em que ele vai crescer bem este ano, no ano que vem vai crescer um pouco mais, em 2006 vai crescer um pouco mais.

Nós não queremos que o Brasil fique com aquele crescimento habitual: em um ano cresce 7% ou 8%, no outro ano cresce zero. Ou seja, crescendo como se fosse uma sanfona. Não, nós queremos que ele cresça, se for 4%, que seja 4% ou 5%, mas que seja um novo ciclo de crescimento no Brasil, para que possa haver planejamento dos investidores, dos trabalhadores.



Então, os indicadores econômicos são os melhores possíveis. A gente não pode ir com sede ao pote, como muitos querem que eu vá. Sabe aquele negócio? “Ah, melhorou? Então, gasta tudo”. Não, a minha vida nunca foi assim. Eu nunca comprei uma coisa à prestação na minha vida, Mário, porque eu nunca gostei de ficar devendo.

Eu pego este país com uma dívida de quase 900 bilhões, eu tenho apenas que ter o cuidado de saber como é que eu vou diminuindo essa dívida, sabendo que os credores são pessoas boas, que depositaram o seu dinheiro no banco e esperam que o banco faça investimentos: são fundos de pensão, são milhões de pequenos empresários que têm seu dinheirinho no banco. Então, eu tenho que saber que eu tenho que dizer o seguinte: “Fique firme, que nós vamos pagar”.

Esse negócio de reduzir política de juros, muita gente pensa que se faz no “tacão”. Veja, nós trabalhamos na medida que um médico trabalha um corpo humano. Ou seja, nós trabalhamos com o cuidado de dar a dose para não matar o paciente. Porque, em economia, não tem aventura. Um salto fora de propósito e você quebra a cara. E, depois, quem fica com o prejuízo? O povo. Foi assim no Plano Cruzado, quando nós tínhamos que fazer mudanças em julho, não fizemos e estourou. Foi assim com o Plano Real, quando se priorizou a reeleição, ao invés de se priorizar o crescimento econômico; quando tinham que desvalorizar o câmbio e não desvalorizaram. Depois, em poucos dias, 10 bilhões de dólares fugiram deste país.

Então, eu só peço tranquilidade para as pessoas. Eu peço tranquilidade e peço que as pessoas confiem. Primeiro, porque eu acordo todo santo dia sabendo que eu tenho que fazer o melhor que tiver dentro de mim. Quando terminar o meu mandato, eu quero estar com a minha consciência tranquila, Mário, quero poder olhar você e conversarmos como amigos, como sempre conversamos, conversar com radialistas, conversar...



Eu moro perto do Sindicato, eu moro a 600 metros do Sindicato onde eu nasci, politicamente. Eu quero terminar o meu mandato, poder voltar lá e chamar meus companheiros de “companheiros”, de cabeça erguida, sabendo que eu posso não ter feito tudo o que eles queriam que eu fizesse, mas tendo consciência que eu fiz o máximo que eu pude fazer e com a maior honestidade.

Então, é assim que eu governo o Brasil e é assim que eu acho que as coisas vão dar certo.

Luís Fara Monteiro: Você está acompanhando, pelo rádio e pela TV, a entrevista coletiva com o presidente Lula, direto do Palácio do Planalto. São 9h22m. O Presidente responde a Wilson Ibiapina, correspondente, em Brasília, do programa “Rádio Notícias Verdes Mares”, de Fortaleza. Bom dia, Wilson.

Jornalista Wilson Ibiapina: Bom dia. Bom dia, Presidente.

Presidente: Bom dia, Wilson.

Jornalista Wilson Ibiapina: Presidente, o senhor, em São Paulo, pouco antes de viajar para Nova Iorque, disse que quer transformar o Nordeste brasileiro num Tennessee, disse que quer fazer no semi-árido o mesmo projeto que o presidente Franklin Delano Roosevelt fez lá, no vale americano do Tennessee.

Além da transposição, da revitalização da Baía do São Francisco, dessa BR-101, em que consiste esse projeto do senhor? O senhor poderia detalhar um pouco melhor? Como é que fica o Ceará, o turismo, nesse projeto? Dois anos são suficientes para o senhor executá-lo?

Presidente: Wilson, veja, eu sonho com isso há muitos anos. Eu, quando fiz a “Caravana do Nordeste”, que atravessei de Garanhuns até São Paulo, fiz o mesmo percurso que fiz quando vim para cá, para São Paulo, em 1952.



Depois, com a viagem que eu fiz em 14 dias de barco no rio São Francisco, visitando aquelas cidades ribeirinhas, eu me convenci que o Vale do Tennessee era tão pobre ou mais pobre do que o semi-árido nordestino, do que o Vale do Jequitinhonha. E houve uma decisão de governo de transformar o Vale do Tennessee numa região produtiva. E hoje é o que é.

Veja, nós temos algumas coisas para o Nordeste brasileiro. Vou dar apenas, assim, no geral, porque não dá para, num programa de rádio... quem sabe, depois a gente aprenda a fazer individual, um com vocês aí, marcando uma escala.

Eu acho que é importante detalhar cada coisa que se fala. Por exemplo, este ano, talvez até novembro, a gente tenha pronto o projeto de biodiesel do Brasil. Vai ser um projeto que, eu diria, revolucionário, porque nós vamos dar uma contribuição para começarmos a mudar a matriz energética brasileira.

E vamos fazer o biodiesel, sobretudo, da mamoma, que é uma planta que você sabe que dá com muita facilidade nas regiões mais pobres do Brasil e não precisa de tanta água. E já há um acordo com a indústria automobilística, o projeto está em fase de acabamento, tem 60 pessoas participando, de tudo que é Ministério, de tudo que é centro de pesquisa, do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Embrapa, de gente dos estados, do movimento sindical, dos empresários, e a gente pretende produzir biodiesel. Num primeiro momento, vamos colocar 2% de biodiesel no óleo diesel, em tratores, caminhões, ônibus. Pretendemos utilizar em termelétricas. A idéia é que a gente vá avançando, no sentido de fazer com que a nossa termelétrica possa, efetivamente, ser tocada a biodiesel e não a óleo diesel.

Esse é um programa que visa gerar empregos, tanto na Amazônia, com o dendê, com a palma, como com a mamoma do Nordeste brasileiro. Esse vai ser um grande projeto, vai ser um projeto que vai ter a Petrobrás como parceira, ela vai comprar e distribuir esse produto. Nós vamos montar usinas de beneficiamento da mamoma. E é uma coisa especificamente para o



Nordeste. Se a gente permitir que faça de soja, não vai chegar no Nordeste. Então, nós queremos que seja feito de mamoma.

Depois, nós temos a Transnordestina, para o Nordeste. E você sabe o valor que terá, para o Ceará, a Transnordestina, lá para o porto de Pecém, você sabe o valor que tem.

Depois, nós temos essa BR-101 Nordeste, que eu acho que vai ser a grande rodovia do turismo no Brasil. Eu acho que depois dela, essa é o tipo da estrada que o estado tem que fazer porque, depois que o estado fizer, vem o progresso atrás, virão os hotéis, virão os restaurantes e o turista vai poder descer num estado e ir de carro, trafegar seguro por todo o Nordeste brasileiro.

E, depois, a questão do São Francisco. Fazendo tudo isso você vai perceber que, em muitos séculos, nós fomos o governo que mais se preocupou com o desenvolvimento do Nordeste brasileiro. E eu faço isso porque o Nordeste brasileiro precisa. Algumas obras, a BR 101, é possível começar e terminar. Por quê? Porque você não precisa contratar uma única empresa, você pode contratar dez lotes e as empresas irem trabalhando concomitantemente. A transposição, também, você vai fazer um monte de contratos ao mesmo tempo, me parece que são 16 contratos, para que as coisas aconteçam rapidamente. Nós queremos acabar com a cultura, no Brasil, das obras intermináveis.

Eu vou dar um dado para vocês, agora, e aproveitar para responder uma pergunta que ninguém me fez. O Tribunal de Contas da União, esses dias, anunciou 70 obras paralisadas por irregularidades. Dessas 70 obras paradas, tem quatro que começaram no meu governo, quero ver se são problemas ambientais. Nós temos um Comitê Interministerial que está fazendo todas as reuniões para que a gente possa destravar todas as obras de infra-estrutura.

Outro dia, eu fiz uma imagem de que quando eu peguei o Brasil, o Brasil parecia aquela casa de uma pessoa que não sabe cuidar da casa: a torneira da pia está vazando água, o cara está enrolando pano para tudo quanto é lado; a



descarga está quebrada, ele não conserta, fica colocando escora; quando, na verdade, consertar a torneira é apenas trocar a borrachinha, que não custa nada, e está resolvido o problema.

Nós criamos esses conselhos interministeriais para resolver os problemas de infra-estrutura. O que falta fazer nas rodovias brasileiras? O que falta fazer nas ferrovias? Nos portos, por exemplo. Nós fizemos uma lei, agora, isentando impostos para portos, para comprar máquinas para modernizar os portos. Nós temos um problema de material humano nos portos, ou seja, que você tem a fiscalização da saúde, da agricultura, da Polícia Federal, da Receita Federal, que são estados diferentes dentro do mesmo governo, que é preciso agilizar para que as coisas aconteçam num dia. Um produto não pode ficar um mês esperando, porque a mãe do cidadão está doente e ele não pode ir ou porque choveu e ele não pode ir. O estado brasileiro não pode ser prejudicado pela ineficácia. Então, nós estamos conscientes que vamos fazer em pouco tempo o que não foi feito em muitos anos neste Brasil, porque as pessoas não se importavam. E dentro dessa política, pode ficar certo que o Nordeste vai ganhar muito.

E aí uma última coisa que eu queria dizer, antes de você fazer conta, sobre a questão do emprego, que eu estou feliz. Neste mês foram criados 229 mil novos empregos com carteira profissional assinada. Nos oito primeiros meses do ano, até o dia 1º de agosto, nós estamos com um milhão, 446 mil novos empregos de carteira profissional assinada, sem contar empregada doméstica, sem contar o setor público, sem contar a economia informal, numa demonstração de que as coisas estão acontecendo. O que é importante, e aí vocês radialistas podem ajudar a informar, é que a maioria dos empregos são criados onde? No interior. Dois terços deles estão sendo criados no interior, numa demonstração da pujança do crescimento do interior deste país, que muitas vezes não aparece na grande mídia brasileira. O interior está crescendo muito e eu não quero fazer propaganda, não, eu gostaria de voltar para o



interior. Agora não, porque... mas eu fico imaginando se, no tempo em que eu era adolescente, se minha mãe pudesse voltar para o Nordeste conosco, se tivesse condições de trabalhar, eu acho que a gente voltaria. A gente não volta para passar fome, mas se tiver possibilidade de trabalhar, pode ficar certo que as raízes da gente, a terra em que a gente nasceu está na alma, está no coração. E Deus queira que a gente continue crescendo os empregos. Vamos continuar crescendo, vai aumentar no mês que vem, no outro mês e nós vamos, todo mundo aqui, perceber que o Brasil é outro, o Brasil está crescendo e vai acontecer aquilo que todos vocês sonham: melhorar a vida dessa gente.

Luís Fara Monteiro: Bom, depois do Wilson Ibiapina ter completado o primeiro ciclo, vamos fazer o último intervalo e, daqui a pouquinho, a gente vai sortear alguns jornalistas para formularem outras perguntas. Esta é a entrevista coletiva do presidente Lula e nós voltamos em três minutos. Até já.

Luís Fara Monteiro: Agora são 9h35m, já estamos de volta com essa entrevista coletiva concedida pelo presidente Lula e sendo transmitida ao vivo, direto do Palácio do Planalto.

Como nós combinamos, vamos fazer agora um sorteio entre os jornalistas participantes, para formularem as últimas perguntas ao Presidente da República. O senhor quer sortear, Presidente? Sorteie o senhor, por favor. Tire o papelzinho, aí. Essa entrevista coletiva está sendo transmitida para todo o Brasil por emissoras de rádio e televisão.

Ana Paula Cunha, correspondente do “Jornal da Amazônia”.

Jornalista Ana Paula Cunha: Bom, Presidente, o senhor disse que só não defende a Zona Franca de Manaus quem não conhece a Zona Franca. E nesse primeiro semestre, o pólo industrial de Manaus, ele obteve um aumento de 32% no faturamento e ajudou a economia brasileira a crescer também. Mas



porque, na prática, é tão difícil defender a Zona Franca? Nós tivemos dois episódios recentes: a Lei de Informática, que causou grande polêmica ali, no Senado, grandes discussões, e as mudanças na cobrança do PIS/COFINS, que continuam, da forma como está, prejudicando a Zona Franca de Manaus.

Presidente: Olha, duas coisas precisam ser compreendidas, Ana Paula. A primeira, que a questão da informática foi aprovada pelo Senado e, quando se debate no Senado, nós temos três senadores por cada estado, e o Amazonas tem três. Então, tem 78 que não são do Amazonas. Depois, você vai contar os estados do Norte, você vai somando, você percebe que tem mais senadores que não são de lá.

E, muitas vezes, as pessoas deixam de pensar no Brasil para pensar na sua região. Eu sempre tento trabalhar com a idéia, é o seguinte: o Sul e o Sudeste do Brasil, que têm necessidades, obviamente que têm, mas já receberam, se comparados a outras regiões do Brasil, todas as vantagens comparativas e todos os incentivos, têm um mercado consumidor melhor; têm mão-de-obra mais qualificada; têm escoamento da produção; tiveram, secularmente, investimento em infra-estrutura. Então, nós temos que fazer, agora, as coisas, nos estados que nunca receberam. Isso é preciso apenas compreender.

A segunda coisa: a questão do PIS/COFINS. Veja, eu digo publicamente: eu não tinha interesse nenhum de vetar aquilo. Eu vetei porque apareceu um acordo, que desapareceu na segunda-feira. Mesmo assim, o Ministério da Fazenda entendia que está uma coisa mais ou menos equalizada; o Ministério da Fazenda entende que o que os empresários querem é uma vantagem, agora. Porque, antes, eles recebiam o que eles pagavam. Eles agora não pagam e querem continuar recebendo, ou seja, é um incentivo a mais. E isso, os empresários do Sul e do Sudeste não querem.

Mas, de qualquer forma, veja, nós estamos discutindo com a liderança



dos partidos, na Câmara, e nós vamos melhorar a situação. Eu disse lá, na Feira da Suframa, e volto a repetir para você: nós vamos encontrar uma solução, o Congresso vai fazer uma mudança que vai contemplar se não 100%, vai contemplar os interesses da Zona Franca de Manaus, porque eu, pessoalmente, como ser humano, como brasileiro, que conheço aquilo muito bem, não porque sou Presidente, eu conheci aquilo porque eu fui na porta de fábrica fazer assembléia, muitas e muitas vezes, na Zona Franca.

Eu acho que é uma sorte a gente ter aquele pólo na Amazônia, porque o desenvolvimento não poluente que tem lá precisa continuar sendo incentivado.

Luís Fara Monteiro: Vamos sortear mais um jornalista para fazer outra pergunta ao presidente Lula, nesta entrevista coletiva de rádio. Marcus Aurélio, do programa “Quintal da Globo”, Rádio Globo, Rio de Janeiro.

Jornalista Marcus Aurélio: Bom, Presidente, já que o senhor, como quase todo brasileiro, gosta, e gosta muito, de futebol, e sempre faz esses paralelos com o futebol, quando está analisando algumas coisas. Ainda há pouco, sobre a reforma ministerial, o senhor disse que não quer pensar nisso. Só que um técnico de futebol, por exemplo – vamos colocar aqui o Parreira, por exemplo, da Seleção: ele tem quatro anos para a Copa do Mundo. E, nesses quatro anos, tem aquela fase na qual ele faz algumas experiências, ele testa alguns jogadores para ver o que dá, o que que não dá. Mas tem aquela fase, já perto da Copa, na qual ele tem que já estar em campo com todos os que deram certo e já tem que ter cortado os jogadores que não deram certo, que não funcionaram.

Faltando, agora, pouco mais de dois anos, nessa seqüência de mandato, já está chegada essa hora, ou seja, de revisar as experiências e colocar o time titular em campo? E essa colocação do time absolutamente titular em campo, ela tem uma dificuldade que, talvez, o Parreira não tenha?



Ou seja, ela tem que continuar, levando em conta a composição política?

Presidente: Primeiro, tem que continuar, levando em conta a composição política. Veja, é um absurdo alguém imaginar que você pode montar o governo sem levar em conta os teus aliados, sem levar em conta os teus pares. Como se você pudesse ganhar uma eleição, aí monta um time “puro sangue”, esquece todas as pessoas que te ajudaram e que vai dar tudo certo.

Se isso aqui fosse uma ditadura até poderia dar, mas isso aqui é uma democracia, em que você tem o Poder Legislativo, que tem que ser respeitado, você tem a Câmara e o Senado, você tem a sociedade civil.

Agora eu acho que o time está montado. Você pode tirar um ou outro por contusão, mas o time está bem montado e vai continuar trabalhando.

Jornalista Marcus Aurélio: Um ministro que não dá conta de tudo que está orçado é uma contusão?

Presidente: Veja, primeiro, todo ministro dá conta. Veja, as pessoas, de vez em quando, eu vejo notícias de que: “Ah, tal Ministério gastou pouco”.

Jornalista Marcus Aurélio: O Ministério das Cidades, por exemplo?

Presidente: Não, o Ministério das Cidades é o que mais gastou. Se você pegar o Orçamento, você vai perceber que o Ministério das Cidades já empenhou 92% de todo o seu Orçamento. Agora, você empenha, você faz o contrato, depois é que você começa a pagar. Você não paga antes de contratar e antes da obra estar pronta. Por isso é que demora.

Mas, se você pegar – e se vocês quiserem, o Ministério do Planejamento pode mandar, pode entrar no SIAFI, vocês vão perceber o quê? Compare com o ano que você quiser. Compare 2004 com... Escolha o ano que você quiser



comparar e compare. Você vai perceber que nós empenhamos mais, já gastamos mais e já pagamos mais.

Agora, nós temos que chegar até dezembro, nós não podemos gastar tudo agora, temos que chegar até dezembro gastando o dinheiro que nós temos. E, quem sabe, até, tenhamos um pouquinho mais para gastar.

Luís Fara Monteiro: Vamos sortear mais um jornalista para fazer pergunta ao presidente Lula, nessa coletiva de rádio e TV. Jornalista Wilson Ibiapina, da “Rádio Verdes Mares” de Fortaleza, correspondente em Brasília. Ibiapina.

Jornalista Wilson Ibiapina: Presidente...

Presidente: Você vê isso: que os últimos são os primeiros.

Jornalista Wilson Ibiapina: O senhor defendeu uma nova ordem internacional, que garanta progresso econômico e social; quer a criação de um fundo internacional para ajudar no combate à fome. Hoje, eu estava vindo para cá, vim ouvindo o jornalista Carlos Chagas falando na Jovem Pan, e ele estava sugerindo ao senhor a criação de uma taxa, taxa aos bancos e ao capital especulativo, para tirar dinheiro para o combate à fome. O senhor acha possível essa taxação?

Presidente: Eu acho que quando a gente apenas pode fazer um comentário, a gente “acha”. Quando a gente vira Presidente, a gente faz. Isso é uma diferença crucial. E nós estamos tentando fazer a nossa parte aqui, no Brasil. Nós temos no Brasil, hoje, a melhor política de transferência de renda da História deste país.

No dia 17 de setembro atingimos a marca de 5 milhões de famílias que recebem, em média, 78 reais por mês quando, no governo passado, recebiam,



em média, 28 reais por mês. Significa que praticamente triplicamos o número de dinheiro que a gente dava para as pessoas, além de outras complementaridades.

Porque o Projeto Fome Zero não é apenas o cartão com o qual ele compra alimento. Ou seja, é uma série de políticas, que vai desde a geração de empregos até a questão da política agrícola, que é a questão do combate à fome neste país. E nós vamos criando as condições.

Nós não taxamos, mas se você analisar o benefício que foi para o Brasil, a política que nós fizemos e que resultou num acordo entre o movimento sindical e a Febraban. E, agora, fizemos a lei para os aposentados brasileiros poderem tomar empréstimo, na rede privada, a 1,5%, a 2%, a 2,5%, dependendo da quantidade e do prazo de pagamento. Você não imagina a quantidade de dinheiro que nós colocamos em circulação no Brasil.

Nós diminuimos, em média, uma taxa de juros que o cidadão tomava emprestado a 7,5%, seja no cartão de crédito ou no cheque especial, para ele pagar 2%. É um avanço extraordinário, porque ele pode ir ao banco pegar o dinheiro e, ao invés de comprar uma coisa a prestação e pagar 50% de juros, ele compra à vista. E, agora, estamos estendendo a todos os aposentados brasileiros.

Isso é um movimento, não tem como a gente determinar: “Decreto-Lei nº 1 – todo país vai ter que dar um dinheirinho”. Não tem. Ali é a política do convencimento, ali é o compromisso que já foi assumido em Roma, em 2000, as Metas do Milênio, para ser cumprida até 2015, e nós queremos cumprir.

Aqui, no Brasil, nós criamos a semana da solidariedade. Todo ano nós vamos dar prêmios a prefeitos, a personalidades que melhor cumpriram as Metas do Milênio. Vocês, obviamente, vão nos ajudar a divulgar as experiências boas, em cada Meta do Milênio.

Mas, o mais importante que aconteceu na ONU foi o fato inusitado da gente conseguir a maior reunião que já houve, na ONU, convocada por um



Presidente da República, com a participação de 60 chefes de Estado e de Governo e 49 Ministros. Ou seja, 107 países concordaram com o documento que nós fizemos e assinamos.

Isso vai dar certo imediatamente? Não, isso é um processo. O que nós temos é que persistir. Convencer alguém a aceitar uma taxa sobre o comércio de armas não é uma coisa fácil. Convencer alguém a fazer com que toda a circulação de dinheiro no mundo pague uma espécie de CPMF, não é uma coisa fácil. Convencer um europeu, ou um americano, ou um japonês, que o seu trabalhador tire um dólar para ajudar os países pobres, ele quer saber para onde vai esse dinheiro, qual vai ser o resultado desse dinheiro. Porque senão ele não dá. E com razão ele não dá, porque ele está vendo corrupção por tudo quanto é lado. Aí, ele vai dar por quê?

Então, nós achamos que temos que trabalhar com mais consistência. O primeiro passo foi dado, foi uma reunião inusitada, eu diria, do ponto de vista do caráter da representação política, foi uma coisa extraordinária. É só conversar com os presidentes para saber quantas vezes aconteceu aquilo na ONU. E, uma coisa importante: convocada pelo Brasil. E por uma razão simples: só eu posso falar da fome, dentre todos eles. Não apenas porque o meu país é pobre, porque muitos são mais pobres do que nós, mas porque eu conheço o problema dentro da minha alma, dentro do meu estômago. E eu acho que esse é um tema prioritário.

Se o mundo tem tecnologia, tem capacidade de produzir alimento suficiente, ora, por que a gente não distribui de forma mais justa isso, para as pessoas comerem?

Então, eu acho que, se não fosse a minha passagem pela Presidência do Brasil, possivelmente esse tema fosse tratado de forma *en passant* – gostou, Geraldo, do *en passant*? Então, possivelmente passaria despercebido. Mas eu vou teimar nisso, eu vou teimar, porque tem dinheiro.

Bem, agora, eu queria aproveitar essa pergunta do Wilson para terminar,



aqui, dizendo o seguinte: olha, eu quero prestar minha solidariedade ao povo gaúcho, às famílias das crianças que foram vítimas de um acidente em Erechim, e não adianta, agora, a gente ficar querendo saber quem é o culpado.

O fato concreto é que deve ter muitos culpados, eu acho que o ônibus caiu na barreira possivelmente porque não estava em condições, possivelmente porque estava com velocidade, não sei se tinha problema na estrada. Ou seja, o dado concreto é que nós temos que ser solidários às famílias. Eu, como sou pai de cinco filhos, fico imaginando o que é perder um filho na plenitude da sua vida. Então, a minha solidariedade às famílias.

Também sei que houve um acidente no Pará, que teve vítimas. É sempre muito triste. Esses dias houve, em São Bernardo, um acidente com pessoas que vieram do Rio de Janeiro, morreram 11 pessoas.

Então, quero terminar sendo solidário às famílias e sendo solidário a essas pessoas que são vítimas desse furacão, que está no Caribe, devastador, imperdoável, muito duro com a humanidade. Mas eu acho que alguma coisa de errado nós fizemos, que a mãe natureza resolveu se rebelar. Quem sabe seja um alerta para nós: “Olha, cuide melhor de mim porque, senão, eu posso me revoltar, de vez em quando”.

Mas nós vamos ter uma política de ajuda ao Haiti; vamos ter uma política de ajuda... No Brasil, na verdade, vai ter um dia em que nós vamos ter que criar um Fundo de Solidariedade Internacional porque, quando acontece uma desgraça dessa, você tem dificuldade de mandar ajuda porque, para mandar uma coisa, tem que ter concorrência.

Por exemplo, houve uma praga de gafanhoto no Senegal. O presidente do Senegal me telefona, pedindo pelo amor de Deus um aviãozinho para jogar veneno, o veneno e as máscaras. O governo não tem isso. Fomos atrás da iniciativa privada. Até você conseguir encontrar o avião, até você fazer licitação, o gafanhoto comeu tudo.

Ou seja, como a gente ajudar, por exemplo, o Haiti, que está precisando



de remédio, está precisando de comida. Nós temos que mandar. E não dá para ficar fazendo apenas solidariedade, esperar que o povo, mais uma vez, coloque o coração na ponta da língua e dê as coisas. Não. O governo precisa pegar um pouco de dinheiro, comprar e mandar. E pedir a Deus que a gente nunca precise.

Por último, meus amigos e minhas amigas, eu queria agradecer a vocês. Eu penso que uma entrevista como essa, em que vocês vieram de alma aberta, em que não foram constrangidos por ninguém, dizendo que deveria fazer essa ou aquela pergunta, ou seja, vocês perguntaram o que vocês quiseram, como quiseram, eu acho que precisa ser repetida muitas vezes.

Eu vou explicar o porquê. Porque eu acho que o ideal, para um governante, é que ele tenha o espaço para dizer o que ele pensa dizer, sem a obrigatoriedade da imprensa concordar com o que ele diga ou não. Mas que se dê a oportunidade do povo poder refletir sobre o que foi falado, sobre os comentários daquilo que foi falado.

E se o povo fizer o seu juízo de valores, para todos nós é o que vale: é o povo ter a informação correta e, a partir daí, poder julgar.

Eu penso, Ricardo Kotscho – eu vou dizer aqui publicamente, no ar, para não ter dúvida – eu penso que não sei como é que a gente faria para fazer isso individualmente. Mas eu acho que determinados debates de uma hora, uma hora e pouco, não precisa ser uma hora, pode ser meia hora, por regiões do Brasil, a gente poderia começar a fazer uma, duas, por dia, sei lá, ou por semana. Se não der numa semana, não tem problema, mas tentar trazer aqui uma rádio qualquer, para a pessoa ficar uma hora fazendo todas as perguntas de interesse da sua região. É obrigação do Presidente falar isso.

E eu penso que nós vamos trabalhar nisso com um pouco mais de carinho. Ou seja, a culpa não é do Ricardo Kotscho, porque a agenda do Presidente é muito puxada, mas eu quero ver se a gente contribui para que isso aconteça, viu, Luís? Que a gente possa fazer uma coisa mais viva, mais



“pão-pão, queijo-queijo”, porque é assim: como a gente tem o que falar, vocês têm o que perguntar, e quem ganha com isso, obviamente, é o povo brasileiro.

Agora, estejam certos de uma coisa: da minha parte não haverá, em nenhum momento, qualquer informação e qualquer tema que não possa ser debatido.

Eu pensei que vocês iam entrar em temas polêmicos. Não entraram nas coisas mais polêmicas que deram briga, esses dias. Mas eu estou disposto a debater qualquer tema. Para mim, não tem tema proibido, não tem tema que não possa ser discutido. Se eu sei, eu sei. Se não sei, tenho a grandeza de dizer que não sei. Se eu fiz, eu fiz. Se não fiz, eu tenho que ter a grandeza de dizer por que não fiz e, com isso, eu tenho a certeza que a gente ganha a confiança de vocês, ganha credibilidade da sociedade e pode continuar governando com a tranquilidade com que nós estamos governando.

Muito obrigado a vocês. Espero que tirem lições dessa nossa conversa aqui, e que na outra vocês possam ser um pouco mais duros com o Presidente.

Luís Fara Monteiro: Bom, nós agradecemos a presença, então, de todos os companheiros radialistas e jornalistas, lembrando que o presidente Lula fala no rádio, sempre, quinzenalmente, segunda-feira sim, segunda-feira não, no Programa Café com o Presidente.

Obrigado pela presença de todos. Obrigado a você, também, que acompanhou, pelo rádio e pela televisão.

Essa foi a entrevista coletiva com o presidente Lula, direto do Palácio do Planalto. Até o nosso próximo encontro.